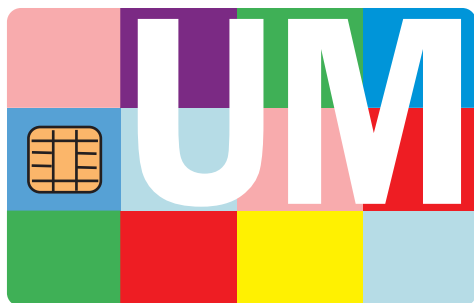




PASSE SOCIAL INTERMODAL

TODOS
os operadores
TODAS
as carreiras
TODA
a área
metropolitana
de Lisboa



Uma iniciativa das Organizações de Lisboa e Setúbal do PCP
Em defesa do Alargamento do Passe Social a toda a Área Metropolitana de Lisboa

Apoia e Luta com o  **PCP**

UM passe social intermodal



O sistema de bilhética da Área Metropolitana de Lisboa (AML) é hoje extremamente complexo, fruto de uma política que apostou na multiplicação de títulos (há mais de 2000 tipos de bilhetes e passes na AML) ao mesmo tempo que reduzia a oferta – horários e percursos - como condição para a contenção de custos em vez de privilegiar a intermodalidade e a atractividade do sistema. Hoje, o Estado já pagou o investimento necessário para que todos os operadores tenham sistemas automáticos e uniformes de bilhética e tudo está informatizado. Trata-se agora de garantir que, com um mesmo passe intermodal ou um mesmo bilhete, se possa circular por toda a AML. A oferta de transportes públicos não pode estar restringida ao percurso trabalho-casa ou escola-casa, como hoje é imposto à maioria das pessoas dado o preço exorbitante dos passes e bilhetes. A oferta tem que abarcar o conjunto de necessidades de mobilidade da população, nomeadamente o acesso à saúde, ao lazer, ao desporto e às actividades sociais.

TODOS os operadores



O alargamento do Passe Intermodal passa em primeiro lugar pelo seu alargamento a todas as empresas de transportes públicos. Não faz sentido que o Estado entregue a empresas privadas a concessão de transporte público, pagando-lhe nalguns casos bem mais do que paga a empresas públicas, e depois permita que as empresas privadas estejam fora do passe social intermodal, como hoje acontece com a Fertagus, MST, Barraqueiro Transportes, HLM e Isidoro Duarte. Isto penaliza fortemente as populações servidas por estas empresas privadas pois o custos dos bilhetes e passes é muito superior ao que existe nas áreas abrangidas pelo passe social intermodal. E ainda afecta toda a população, limitando a plena mobilidade na AML. O Governo, mesmo sem assegurar toda a oferta metropolitana através de empresas públicas, facilmente consegue que as empresas privadas que exploram concessões de transporte público integrem o passe social intermodal, se de facto o quiser: basta para tal colocar essa adesão como condição para a renovação das concessões.

TODAS as carreiras



O mesmo se passa com as carreiras. Hoje diversas empresas privadas de transporte que estão no passe social intermodal conseguiram autorização para operar algumas carreiras fora desse sistema. Isto serviu-lhes para fazerem as populações optarem pelos seus passes (próprios ou combinados) ganhando as empresas privadas mais dinheiro à custa dos utentes perderem mobilidade. A inclusão de todas as carreiras no sistema de bilhética intermodal é outra forma de alargamento do Passe Social.



**MAIS
barato**

Os custos para os utentes com os transportes públicos são demasiado elevados. São mais caros na região de Lisboa do que na de Berlim, apesar dos salários serem muito maiores na Alemanha. Os transportes públicos têm que ser atractivos e com preços que estimulem a sua utilização em detrimento do uso do transporte individual. É por isso que o PCP propõe a reintrodução dos descontos de 50% para jovens, estudantes e reformados, bem como a redução generalizado dos preços. O Estado deve apoiar os transportes públicos para garantir esses preços atractivos (a média europeia é de 50% de cobertura pelo Estado dos custos de exploração), desde logo porque o dinheiro do Estado é resultado dos impostos pagos pelo povo, e deve garantir os serviços públicos essenciais. Essa opção fica mais barata ainda ao próprio Estado, pois o que se perde na receita unitária, compensa-se com o aumento do número de utentes, com a redução de importações de combustível e de automóveis, com a melhoria do ambiente e do ordenamento, com a redução dos custos com a saúde pública.



**MAIS
oferta**

A severa e constante redução na oferta de transportes públicos precisa de ser invertida. Zonas inteiras da Área Metropolitana vivem num autêntico regime de recolher obrigatório, sem transportes públicos ao fim de semana e à noite. Essa ausência de oferta, associada aos altos custos para a utilização ocasional do transporte público, acaba por ser mais um factor de estímulo ao transporte individual e à exclusão social de largas camadas da população que não podem recorrer ao transporte individual (idosos, crianças e jovens, trabalhadores precários, etc). É preciso pois garantir um aumento directo da oferta, mas também garantir que os utentes podem utilizar plenamente essa oferta, promovendo a mobilidade através do passe social intermodal e da unificação do sistema de bilhética.



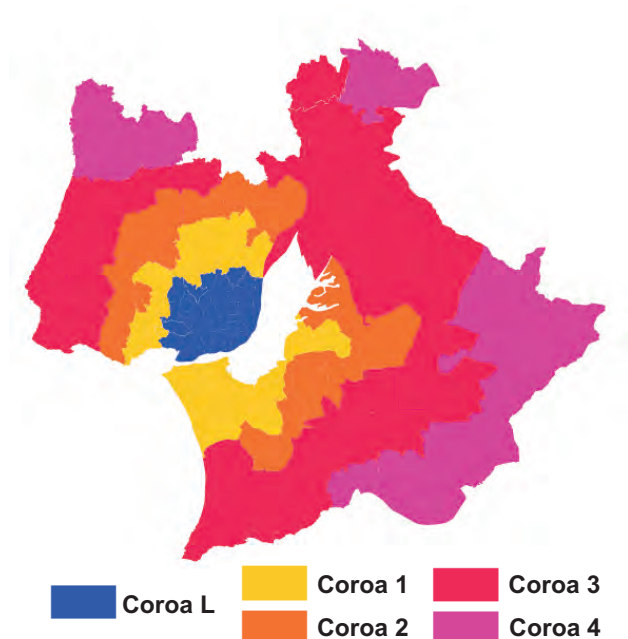
**MAIS
utentes**

O aumento do número de utentes deve ser a verdadeira razão de qualquer política de transportes. Em vez de um ciclo recessivo (aumenta-se o preço e degrada-se o serviço, logo perdem-se utentes; como se perdem utentes, aumenta-se o preço e reduz-se o serviço para o adequar à menor procura, e assim sucessivamente) é preciso promover o crescimento. Na Área Metropolitana, como os próprios estudos oficiais demonstram, só se registou um aumento significativo de utentes quando se introduziu o passe intermodal (L123). O alargamento que o PCP propõe, adequando o passe intermodal social à realidade urbana actual, traria um enorme crescimento dos utentes, com ganhos evidentes para os próprios e para a sociedade; promovendo igualmente um maior equilíbrio financeiro do sistema.

TODA

a Área Metropolitana de Lisboa

**MAIS
barato
MAIS
oferta
MAIS
utentes**



O PCP apresentou na Assembleia da República um projecto-lei no sentido de concretizar a sua proposta de alargamento a toda a Área Metropolitana de Lisboa (e até um pouco mais longe) do Passe Social Intermodal. Nesse projecto-lei, a proposta de novo zonamento geográfico (ao lado), alarga as actuais coroas e cria uma nova, apontando para a necessária actualização de um sistema que deve ser o pilar da rede de transportes públicos na AML.

Este alargamento geográfico, realizado a par do alargamento a todas as empresas de transporte e todas as carreiras, permitiria criar um sistema racional e amigo do utente, que oferecesse mais mobilidade por um menor custo, estimulando a opção pelo transporte público.

Esta proposta do PCP, pela qual vale a pena lutar, representa uma ruptura com o caminho imposto nos últimos 20 anos, e acelerado brutalmente entre 2011 e 2015, onde todas as políticas tinham como único objectivo conseguir mercantilizar este serviço público e entregá-lo à exploração dos grupos monopolistas.

**(Consulta em www.lisboa.pcp.pt ou www.setubal.pcp.pt
a proposta e a respectiva fundamentação detalhada)**

**D.O.R. Lisboa e D.O.R. Setúbal
Partido Comunista Português**

